



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA**

**MAURICIO OLIVEIRA HAUSSLER**

**TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES POLÍTICAS CORONELISTAS NAS ESCOLAS  
ESTADUAIS EM PORTO NACIONAL – TO**

**PORTO NACIONAL – TO**

**2023**

MAURICIO OLIVEIRA HAUSSLER

**TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES POLÍTICAS CORONELISTAS NAS ESCOLAS  
ESTADUAIS EM PORTO NACIONAL – TO**

Artigo apresentado ao Curso de Geografia (Licenciatura) da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Porto Nacional, para obtenção do título de Licenciado em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Robertode Souza Santos.

PORTO NACIONAL – TO

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

H377t Haussler, Mauricio Oliveira.  
Território e as relações políticas coronelistas nas escolas estaduais em  
Porto Nacional – TO. / Mauricio Oliveira Haussler. – Porto Nacional, TO, 2023.  
23 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Porto Nacional - Curso de Geografia, 2023.

Orientador: Robertode Souza Santos

1. Coronelismo. 2. Voto de Cabresto. 3. Geografia. 4. Educação. Política. I.  
Titulo

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

MAURICIO OLIVEIRA HAUSSLER

**TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES POLÍTICAS CORONELISTAS NAS ESCOLAS  
ESTADUAIS EM PORTO NACIONAL – TO**

Artigo apresentado ao Curso de Geografia (Licenciatura) da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Porto Nacional, para obtenção do título de Licenciado em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Robertode Souza Santos.

Data de Aprovação \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Prof.(a) Dr. Dr. Robertode Souza Santos.Orientador (a) UFT

---

Prof.(a) Dr. Elizeu Ribeiro Lira

---

Prof.(a) Dr. Sebastião de Souza Oliveira

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço à Deus por este fim de ciclo na graduação. Agradeço a Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional pelos serviços prestados a mim no decorrer desses anos de graduação. Ao meu orientador, Professor Dr. Roberto Souza Santos pela paciência e pelo companheirismo sempre me apoiando e trocando ideias durante longo período de curso. Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho. Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica. “A gratidão é a virtude das almas nobres”

## RESUMO

Para comentar teoricamente sobre território e coronelismo no Tocantins, é necessário que em um primeiro momento tenha uma noção do que é de fato – território e coronelismo. Na Geografia, território é visto como um conceito de espaço. Mas para Raffestin (1993), o espaço e o território não são termos equivalentes. É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço. É resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Enquanto o território é posterior ao espaço, pode-se afirmar que o território é uma criação humana mais elaborada do que espaço. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação ou pela posse territorial), o ator. Os objetivos da pesquisa são: Elaborar uma revisão bibliográfica e teórico-metodológica sobre as relações coronelistas de poder e o seu território de atuação. Analisar, avaliar, mensurar o desempenho e a dinâmica do voto de cabresto a partir de 1988 no Tocantins. c) Observar a evolução e as tendências do voto mercadoria em Porto Nacional – TO. E mapear a geografia espacial do voto de cabresto em Porto Nacional. Após estas considerações teóricas e empíricas (quantitativas e qualitativas), foi possível, fazer um diagnóstico do fenômeno das relações coronelistas, mais especificamente com relação ao processo eleitoral. O que se percebe, é que há uma presença forte de relações de poder de caráter coronelistas na máquina político-administrativa no estado do Tocantins.

**Palavras-chave:** Coronelismo. Voto de Cabresto. Geografia. Educação. Política.

## **ABSTRAIT**

Dans Tocantins, empiriquement, il y a réalisation de votes basés sur des faveurs comme, par exemple, la offre d'emploi dans des fonctions publiques d'État ou municipales en échange d'un droit de vote. Il est visible dans Tocantins, par exemple, que les charges publiques sont destinées localement au domaine politique de certains pots comme un moyen de gagner des voix en offrant des emplois aux citoyens dans leur lieux. Les offices ou secrétariats publics les plus recherchés par les chefs ou les colonels régionaux et locaux sont le secrétariat de la santé et de l'éducation, puisque ces bureaux publics emploient de nombreux les travailleurs pourront donc gagner plus de voix. Pour préparer le texte, un examen a été effectué recherche bibliographique et théorique-méthodologique sur les rapports de force coronelist et leur territoire d'action. L'objectif de la recherche est d'analyser, d'évaluer, de mesurer les performances et la dynamique du vote licou pour de 1988 à 2018 à Tocantins et observer l'évolution et les tendances du vote des matières premières à Porto Nacional – TO. La recherche empirique était basée sur des entretiens avec des dirigeants syndicaux des écoles publiques publiques, des électeurs, des directeurs, des conseillers de Porto Nacional – TO.

**Mots clés:** Coronalismo. Vote Licou. Géographie. Éducation. Politique.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

### Lista de Gráficos:

Gráfico 1 - Experiência de oferta de compra de voto, por grau de escolaridade. Brasil 2001 (%) ...	12
Gráfico 2 - Experiência de oferta de compra de voto, por faixa de renda. Brasil 2001 (%).....	13
Gráfico 3 - Experiência de oferta de compra de voto por sexo. Brasil, 2001 (%).....	14
Gráfico 4 - Experiência de oferta de compra de voto, por faixa de idade. Brasil, 2001 (%).....	14
Gráfico 5 - Experiência de oferta de compra de votos, por região. Brasil, 2001 (%).....	15
Gráfico 6 - Experiência de oferta de compra de voto, por localização do município. Brasil, 2001 (%) .....	16
Gráfico 7 - Experiência de oferta de compra de votos por tamanho do município. Brasil, 2001 (%) .....	16



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 O VOTO DE CABRESTO – UMA REALIDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 O território das relações coronelista no município de Porto Nacional – TO .....</b>	<b>18</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Falar em território e coronelismo no Tocantins, é necessário que em um primeiro momento tenha uma noção do que é de fato - território e coronelismo. Visto isso, na Geografia, território é visto como um conceito de espaço. Mas, para Raffestin (1993), o espaço e o território não são termos equivalentes. É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço. É resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Enquanto o território é posterior ao espaço, pode-se afirmar que o território é uma criação humana mais elaborada do que espaço. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação ou pela posse territorial), o ator “territorializa” o espaço. O território é um lugar de relações e é a partir da apropriação e produção do espaço geográfico que ele se materializa.

Já a ideia de coronelismo denota-se um mundo de poder patrimonialista, privado destinado os interesses de uma classe social, de uma aristocracia e de um oligopólio. Ferreira (1998) diz que o coronelismo como fenômeno político é que dá origem a verdadeiros “estados, dentro do Estado”. No Brasil, o coronelismo teve e está vinculado ao poder da terra. Para Palacín o termo “coronelismo”, denota em primeiro lugar uma estrutura política caracterizada pela força dos coronéis - a palavra está tomada da patente de oficiais da guarda nacional, que ostentam os homens mais poderosos pela sua posição social e política.

Os coronéis privatizam as funções do poder público de acordo com os seus interesses. Para Ferreira (1998, p. 22) o coronelismo é uma forma de adaptação entre poder privado e um regime político de extensa base representativa. Caracterizado por uma relação de compromisso entre ambos, tendo como consequências o “falseamento do voto” e a desorganização dos serviços públicos locais, ou seja, o serviço público fica a serviço de uma classe social. É o compromisso coronelista sustentado pela aliança entre o município e o governo estadual. É a sustentação do pacto existente entre duas esferas diferentes de poder local (município) e o regional (Unidade federativa). Em outras palavras, o coronel tem as prerrogativas (isto é, na prática social muitas vezes de forma velada) para desempenhar e executar as mesmas funções que o poder público tem, mesmo sendo uma pessoa sem representação política constituída pelo voto.

No Tocantins, é muito frequente, a conquista do voto a partir de favores como, por exemplo, a oferta de emprego nas repartições públicas do estado ou dos municípios em troca do voto. É fato no Tocantins, por exemplo, que as repartições públicas são destinadas localmente para o domínio político de determinados cacifes como forma de conquistar votos através da oferta de empregos aos cidadãos em suas localidades. As repartições públicas ou secretarias mais procuradas pelos cacifes ou coronéis regionais e locais são a

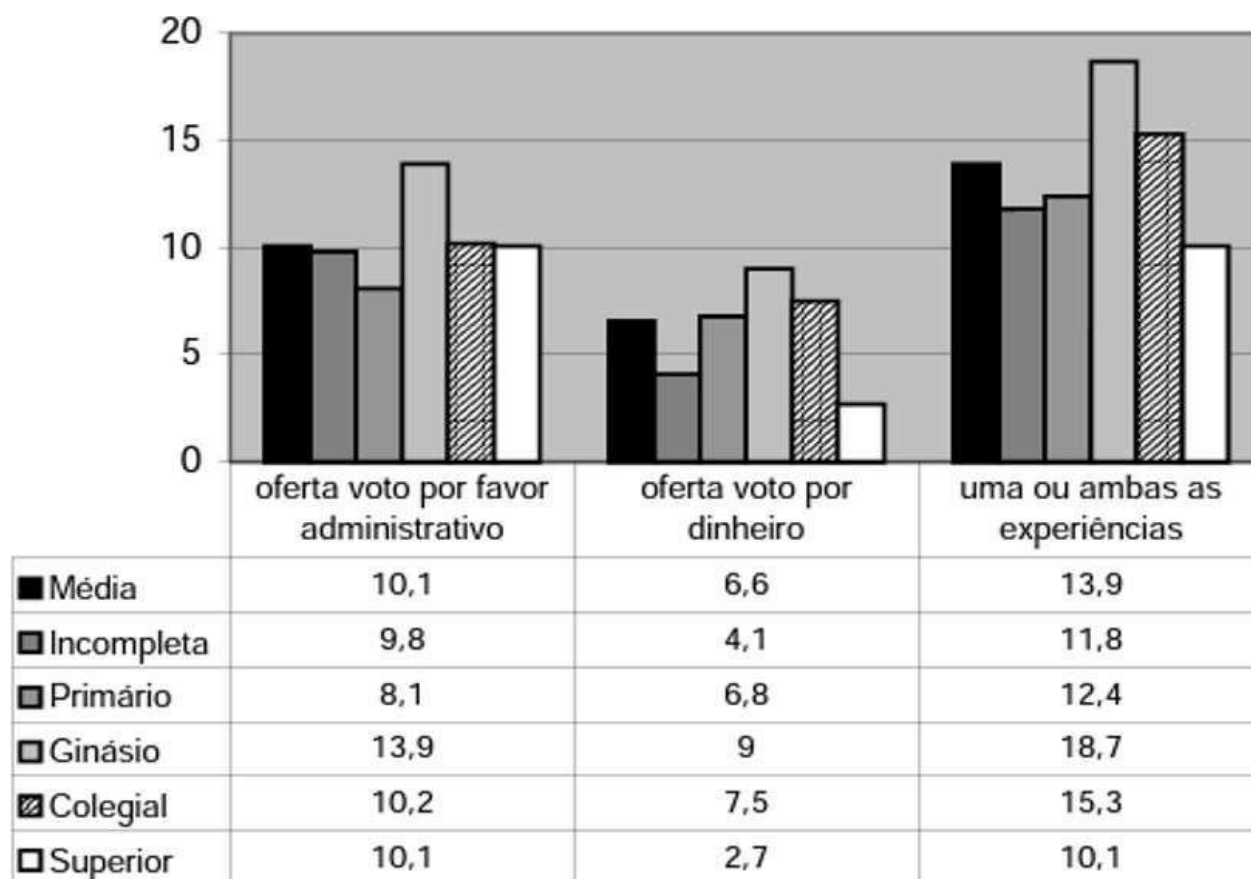
secretaria de saúde e da educação, uma vez que estas repartições públicas empregam muitos trabalhadores, portanto, poderá conquistar mais votos.

No exemplo das escolas estaduais ou municipais existe sempre um vereador, um prefeito ou deputado estadual que decide quem deve trabalhar ou não na unidade escolar. Os diretores das escolas estaduais são indicados por estes personagens. Estas indicações de pessoas paratrabalhar são na verdade, uma das formas dos cacifes locais, ofertar empregos para os seus eleitores em troca do voto ou apoio político. É uma troca de favores entre os coronéis locais e o eleitor. Quando chegam as eleições os trabalhadores e funcionalismo público temem pela perda do emprego. Para os políticos e os gestores públicos uma forma de manter este ciclo vicioso, é justamente a não realização de concursos públicos, pois, os trabalhadores quando contratados sem concurso, podem ser demitidos ou admitidos de acordo com os interesses dos coronéis regionais e locais. Esta realidade social e política de caráter coronelista é que o presente projeto pretende analisar.

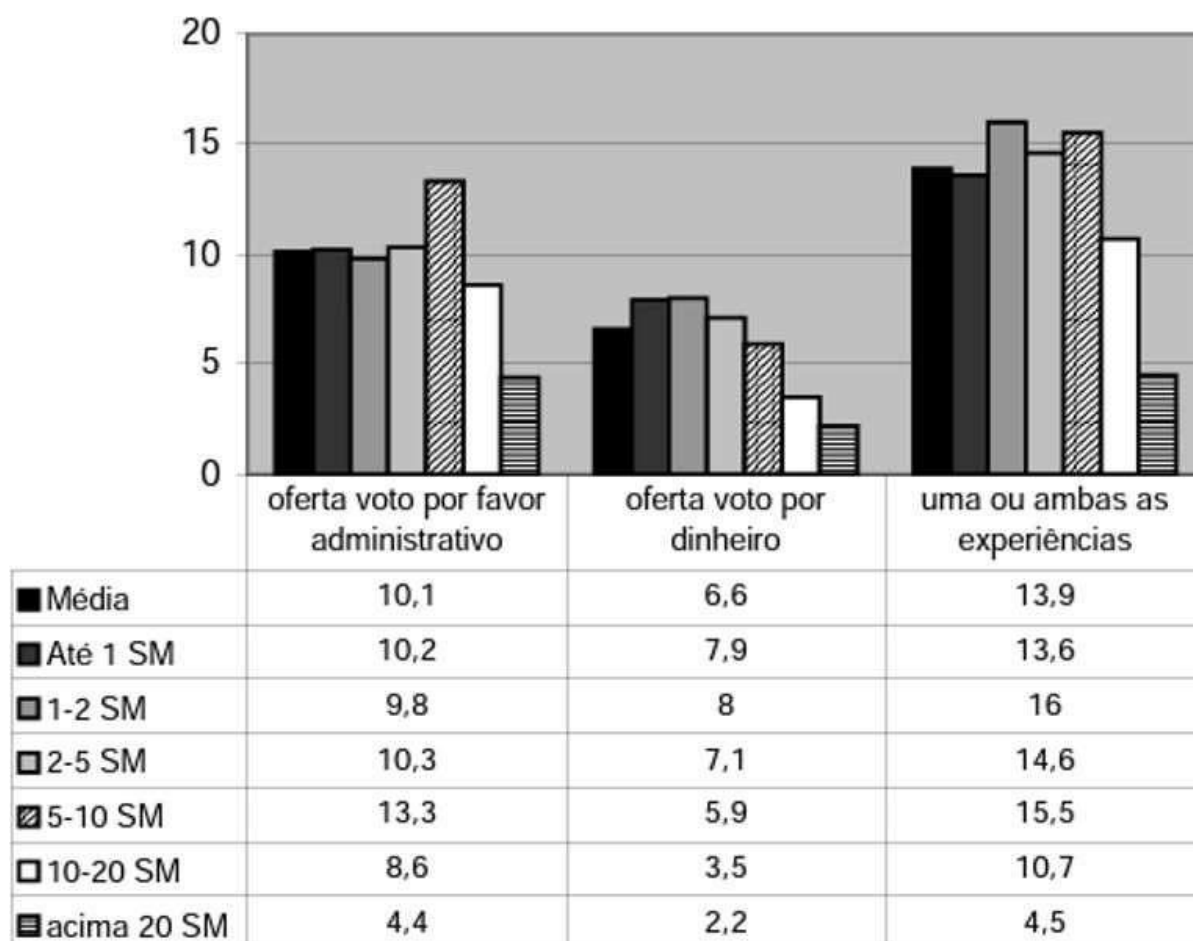
## **2 O VOTO DE CABRESTO – UMA REALIDADE BRASILEIRA**

A compra de voto ainda é uma realidade nas eleições brasileiras. A recorrência da prática se confirma que as eleições são caracterizadas por uma intensa negociação de bens materiais, favores administrativos, promessa de cargos e distribuição de cestas e bens pelo candidato. Segundo Speck (2003) na prática a compra de votos se depara com a questão prática de garantir que o eleitor cumpra a contrapartida e vote no candidato indicado. No contexto do voto secreto há basicamente dois tipos de “soluções”: uma mais técnica e outra mais social. No primeiro caso, o candidato ou seu representante procuram acessar de várias formas a informação sobre o comportamento eleitoral, detectando assim os possíveis “traidores”. Com a modernização do processo de votação, as possibilidades para soluções técnicas tornaram-se mais estreitas.

É possível verificar o fenômeno da compra de voto no Brasil. O gráfico 1 abaixo, podemos perceber que o grau de escolaridade pode influir na compra de voto no Brasil. Os eleitores com o ginásio são os mais procurados no quesito do favor administrativo. No quesito, compra do voto por dinheiro, quanto mais alto o grau de escolaridade menor o índice de compra de votos. Pode ser que estes eleitores são mais esclarecidos ou são menos procurados pelos corruptos candidatos. Também, quanto a renda quanto mais elevada a renda, menor os índices de compra de voto por dinheiro, no (Gráfico 2). Isso afirma a tese mais acima no texto, de que quanto maior a pobreza e vulnerabilidade da população, mais será objeto de manipulação e de procura pelos candidatos e cabos eleitorais corruptos.

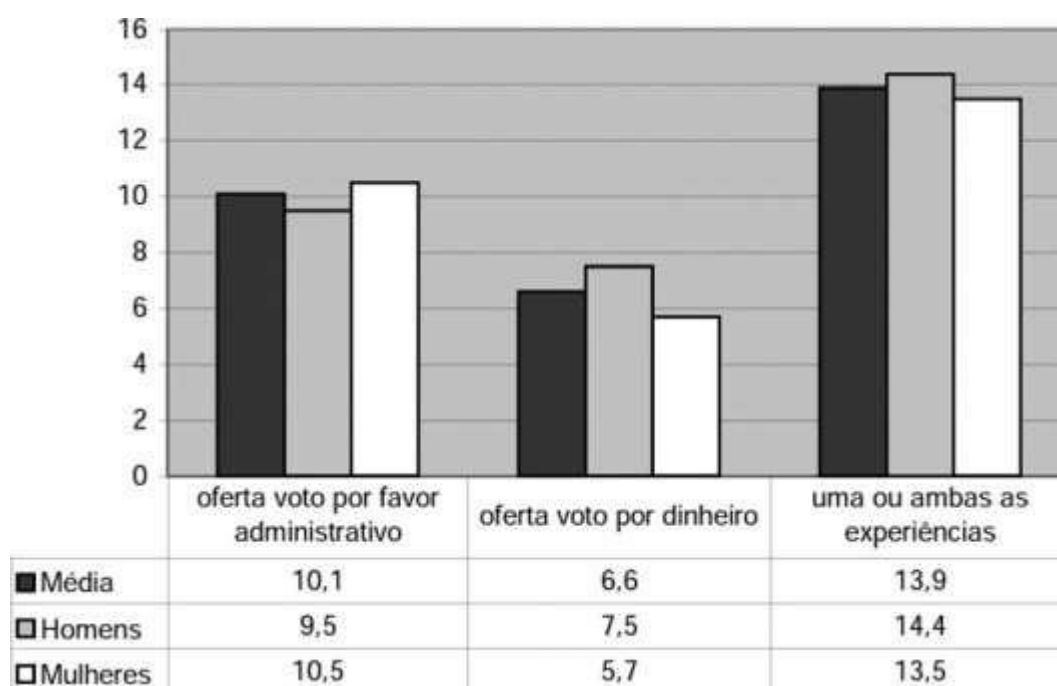
**Gráfico 1** - Experiência de oferta de compra de voto, por grau de escolaridade. Brasil 2001 (%)

Fonte: Speck, 2003. Organizado pelo autor.

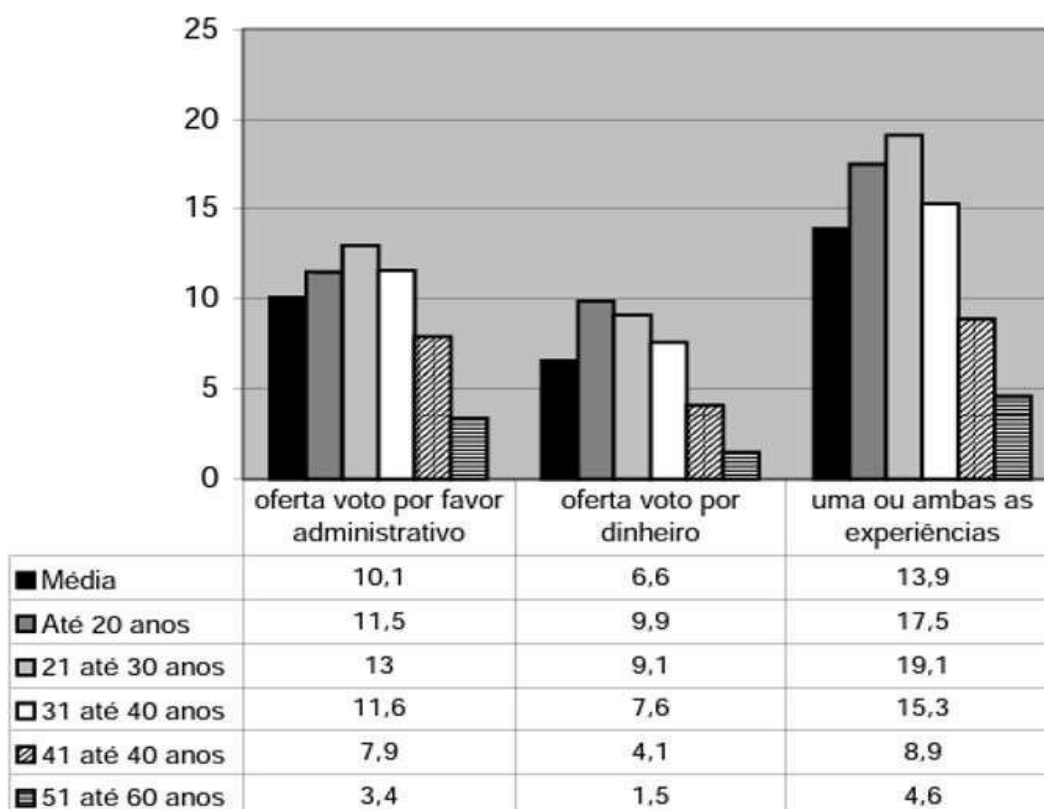
**Gráfico 2** - Experiência de oferta de compra de voto, por faixa de renda. Brasil 2001 (%)

**Fonte:** Speck, 2003. Organizado pelo autor.

Com relação a compra de voto por sexo no Brasil, também tem uma pequena diferença conforme podemos visualizar no Gráfico 3. De uma forma geral, os homens são os eleitores que mais vendem o seu voto. No quesito da faixa etária, a tendência é que com o avanço da idade, os índices a venda do voto diminuam significativamente. Levando em conta as duas formas de compra de voto, seja pelo favor administrativo como pela compra em dinheiro, a faixa dos 21 aos 30 anos, representa os maiores índices de compra de voto, conforme podemos observar no gráfico 04.

**Gráfico 3** - Experiência de oferta de compra de voto por sexo. Brasil, 2001 (%)

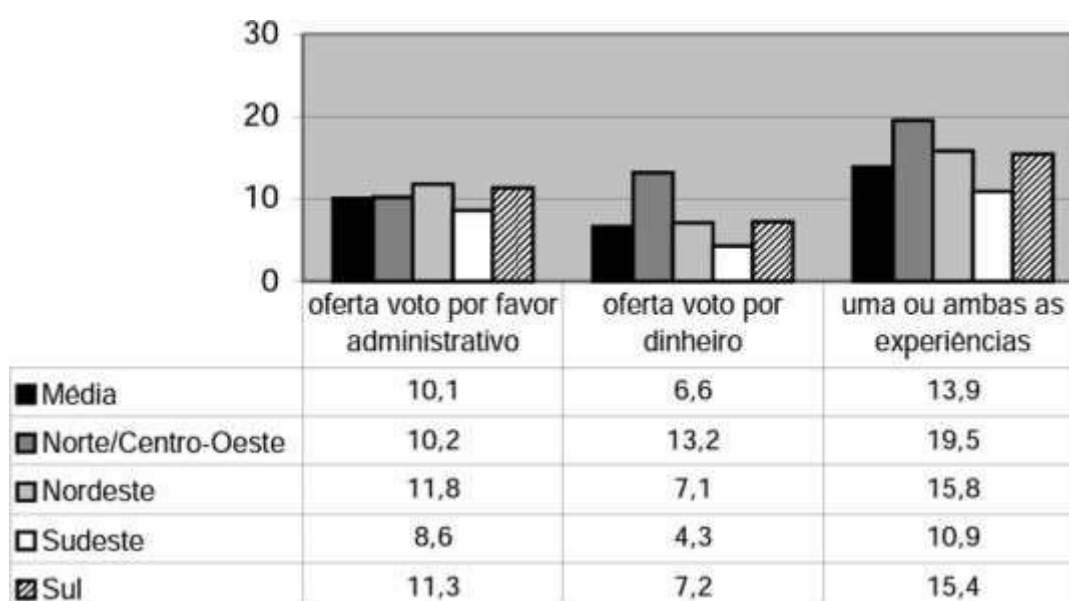
Fonte: Speck, 2003. Organizado pelo autor.

**Gráfico 4** - Experiência de oferta de compra de voto, por faixa de idade. Brasil, 2001 (%)

Fonte: Speck, 2003. Organizado pelo autor.

No quesito experiência de oferta de compra de voto por região no Brasil, há diferenças observáveis como demonstra o gráfico 5. Segundo Speck (2003), considerando a modalidade da compra de votos por dinheiro, as regiões apresentam um perfil distinto. No caso das regiões Norte e Centro-Oeste, 13,2% dos eleitores receberam ofertas em dinheiro, o que significa uma incidência três vezes maior do que no Sudeste, onde 4,3% receberam a mesma oferta; as regiões Nordeste (7,1%) e Sul (7,2%) apresentaram um perfil similar e perto da média. Observando as duas modalidades (compra de votos por favor administrativo e de compra por dinheiro), as regiões Norte e Centro-Oeste se destacam com 19,5%.

**Gráfico 5** - Experiência de oferta de compra de votos, por região. Brasil, 2001 (%)

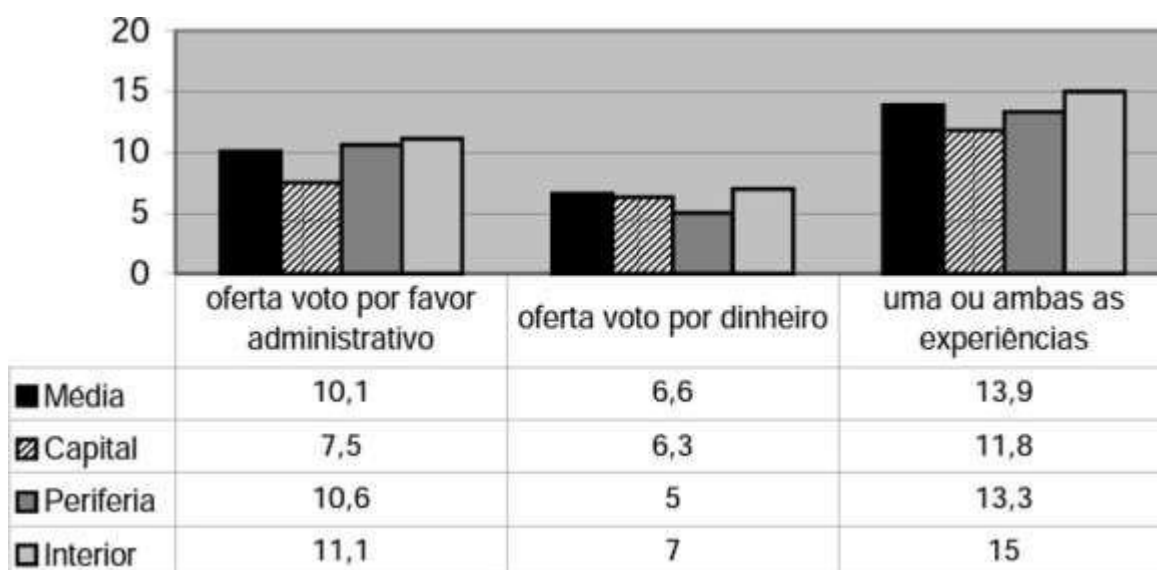


**Fonte:** Speck, 2003. Organizado pelo autor.

O mesmo acontece com relação a localização do município, se é interior, capital ou periferia como podemos observar no gráfico 6. Levando em conta as duas modalidades (compra de votos por favor administrativo e de compra por dinheiro) juntas, podemos perceber que os municípios do interior, são os que os eleitores têm maior possibilidade de vender o seu voto. Com relação ao tamanho dos municípios com maior ou menor de eleitores, também temos tendências distintas como podemos observar no gráfico 07. Quanto menor o número de eleitores nos municípios, maior a possibilidade de os eleitores venderem o voto.

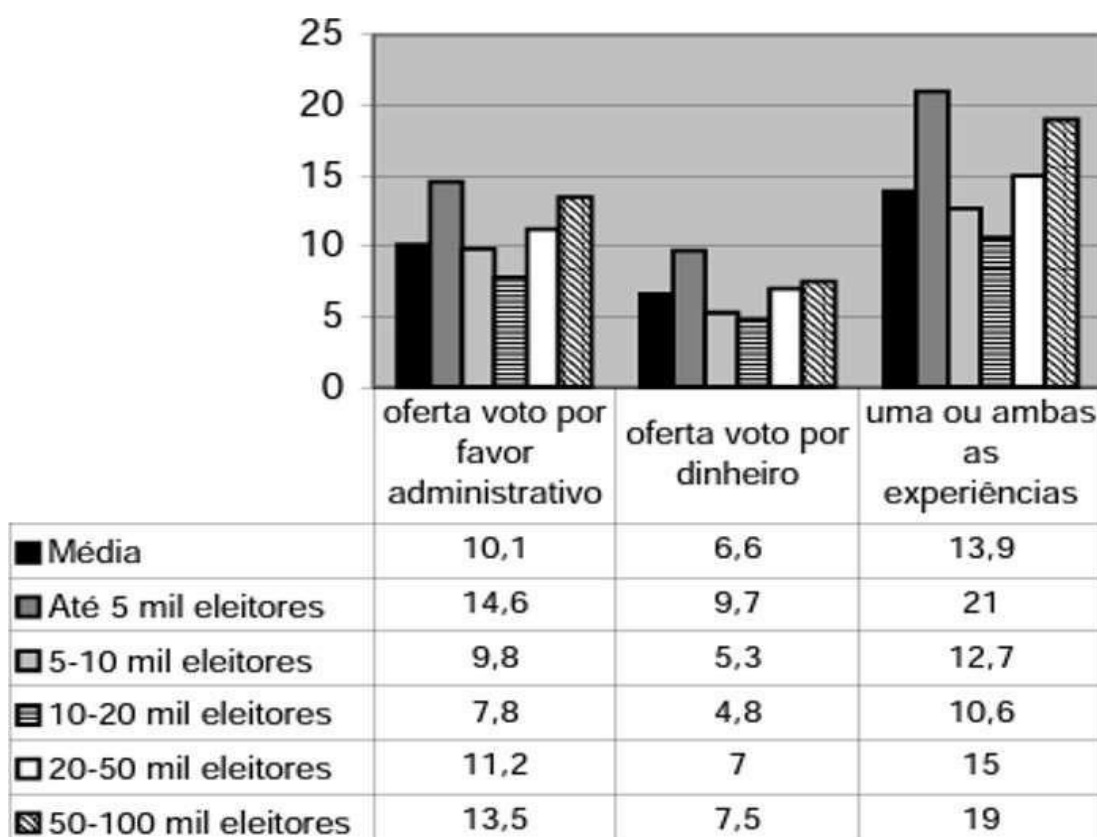


**Gráfico 6** - Experiência de oferta de compra de voto, por localização do município. Brasil, 2001 (%)



Fonte: Speck, 2003. Organizado pelo autor.

**Gráfico 7** - Experiência de oferta de compra de votos por tamanho do município. Brasil, 2001 (%)



Fonte: Speck, 2003. Organizado pelo autor

Após estas considerações teóricas, estatísticas e empíricas (quantitativas e qualitativas), já é possível, inicialmente, fazer um diagnóstico do fenômeno das relações coronelistas, mais especificamente com relação ao processo eleitoral.

Levando em consideração quanto ao território e as relações políticas coronelistas de poder nas escolas estaduais em Porto Nacional-TO, em tese, o que se observa, é que nas escolas estaduais de Porto Nacional, há uma presença real das influências das relações coronelistas de agentes políticos e cabos eleitorais na compra de votos nestas repartições públicas. Isso acontece seja por oferta de favores, oferta de empregos ou favorecimento e compra de voto até por dinheiro. Outra estratégia que os agentes políticos e cabos eleitorais usam, é quando se trata da contratação de funcionários públicos nas escolas, inclusive, no processo eleitoral de diretores das escolas, estes agentes indicam os candidatos para ser diretor ou indicam pessoas para ser candidato a direção da escola.

## **2.1 O território das relações coronelista no município de Porto Nacional – TO**

É possível constatar teoricamente que o território das relações coronelista no município de Porto Nacional-TO, no campo da representação política se forma de uma maneira bastante trivial como nas antigas relações de poder político do Brasil colonial. Nos redutos eleitorais, na prática os cacifes utilizam seus recursos e orçamentos já no final de seus mandatos eleitorais para um novo, ou novos territórios eleitorais, mostrando assim como as influências e disputas eleitorais são condizentes com os processos eleitorais a cada período. Estas são apenas algumas das estratégias para continuar no poder. E o que se percebe é que o perfil ideológico de direita nos últimos anos vem aumentando. E como sabemos, o perfil ideológico de direita sintoniza muito bem com as relações coronelista de poder. Para ampliar o território coronelístico, os agentes políticos regionais e locais buscam mais votos em sua arena política de poder.

No que diz respeito ao perfil socioeconômico continua relevante no desempenho do processo eleitoral na unidade administrativa do estado. Naves (2019) cita por exemplo que a assembleia legislativa do estado de Tocantins, é uma assembleia branca, rica e perpetuador dos processos políticos que dificulta rupturas sociais ou avanços democráticos que possam trazer maior equilíbrio social aos cidadãos tocaninenses. Pelo contrário, os interesses particulares da maioria dos parlamentares sempre os fazem preterir o coletivo em favor dos assuntos particulares que possibilitam a perpetuação dos mesmos dentro da política representativa.

Outro aspecto que podemos observar é que em uma região como no Tocantins e a maioria dos municípios que apresentam uma economia ainda fragilizada e com serviços públicos com muita deficiência, principalmente no interior do estado, a população torna-se

objeto fácil para manipulação para os agentes políticos regionais. Perante a essas características marcante, as estratégias dos parlamentares, vereadores e prefeitos entram em cena, ou seja, o padrão de comportamento dos velhos modelos patrimonialistas e personalistas são operacionalizados. Em resumo, podemos dizer que com a miséria e a pobreza da população, os cacifes políticos aproveitam da situação de fragilidade e vulnerabilidade da população e coloca suas estratégias territoriais políticas em ação. A pobreza e a desinformação são fatores que navegam a favor dos grupos políticos e as familiocracias e corruptos regionais e locais.

Em entrevista um professor da rede pública de ensino em Porto Nacional, afirmou que o número de professores e funcionários contratados são superiores ao número de profissionais concursados. Os números são mascarados pela secretaria de educação. Perante a esse mascaramento, acredita-se que os números de profissionais contratados são superiores. Quanto maior o número de contratados, mas os políticos têm a seu dispor, um número maior para manipular ao fazer indicações políticas para contratar profissionais no serviço público.

Ele citou exemplo dos colégios da rede municipal, em que tem o gestor da unidade, um coordenador e um supervisor. Entre estes profissionais, afirmou que conhece uma unidade escolar em que a gestora é uma indicação política de um deputado (não quis comentar o nome do deputado, da escola e da gestora, por questões de segurança e perseguição política). A gestora é uma apadrinhada política de um deputado. A referida gestora é de outro lugar mais distante da unidade escolar, na qual é gestor. Ainda com relação á gestora, afirma que ela poderá continuar no cargo por quanto tempo que achar necessário, dependendo apenas, de quem a indicou para o serviço público. O desejável, é a troca da gestão da unidade escolar por certo período de tempo, através de eleições diretas com a comunidade escolar. Afirmou também que os contratos por indicação política vêm dos altos escalões do poder público, não especificando os padrinhos políticos.

Para o entrevistado, a questão de indicação política ou contratos de trabalho sem concurso público compromete o desenvolvimento de um planejamento pedagógico nas unidades escolares. Ver como negativo os contratos por indicação política, porque passam tempos curtos no colégio, fica mais difícil executar um planejamento pedagógico. Pois, o planejamento pedagógico demanda um determinado período para ser executado. Por outro lado, os contratados trabalham de maneira que as suas ideias políticas, culturais e religiosas, intelectuais e teóricas ficam comprometidas, pois, os seus ideais se forem colocados em prática, nas atividades pedagógicas na unidade escolar, podem incomodar os padrinhos políticos. Portanto, a sua autonomia como professor, educador e intelectual fica comprometida perante as suas atribuições pedagógicas e profissionais na escola.

Outro entrevistado, quando questionado se o diretor de uma unidade escolar tem autonomia de indicar novos funcionários sem precisar de alguma indicação política,

respondeu que os diretores(as) das unidades de ensino não tem autonomia para contratar professor. Apenas formalizam o pedido via documentos escrito ou outro meio e aguarda o encaminhamento o processo de contratação e a chegada do profissional na escola. E afirma que “com certeza esse profissional é fruto de indicação política”. Indagado sobre a seguinte questão - Na sua opinião com relação a indicação política para cargo de contrato de funcionário e trabalhadores, o que você tem a dizer? O que você acha dessa prática? Respondeu que “é uma prática inaceitável. É um oportunismo político, um ato corrupto recorrente, um abuso de poder e da fragilidade daqueles que só tem a força de trabalho para vender”. Enfatiza que “Tudo isso tem contribuído para a precarização do sistema de ensino como um todo. Dado que estas contratações são extensivas a todas as categorias de servidores, até mesmo o cargo de direção. Este último, principalmente, apesar de passar por uma eleição interna, só toma posse mediante o aval de um político influente”. E o que é mais preocupante, é fato do entrevistado afirmar que, “o objetivo maior está no número de voto que pode render cada contrato. A educação só retroage com essa indústria do voto”. É preocupante porque a educação é uma das questões mais importante de uma sociedade, e quando não é levada a sério, os problemas sociais e econômicos só avolumam.

Indagado sobre a seguinte questão - Soube de alguma prática de indicação política para contratação de funcionário ou trabalhador nas escolas estaduais de Porto Nacional? Afirmou que

“Não é difícil perceber. Existe contratos temporários na grande maioria das escolas, estaduais e municipais. A prova disso, são aqueles professores(as) que nunca passam em concurso público para professor”. Ou seja, os contratos além de caracterizar um ato corrupto, cria um terreno fértil para a não realização de concurso público, pois, os agentes políticos apostam na indicação política de trabalhadores para ingressarem no serviço público. E vai além, afirmando que “Deduz-se daí que se tais “profissionais” reprovados em concurso, permanecem no cargo, após o concurso ter sido realizado, é sinal que o número de vagas nunca é revelado ou enviado antes do concurso de forma correta”. Esta afirmação do entrevistado, nos permite pensar o porquê que os gestores públicos da região, não se preocupam em realizar concursos públicos. É como afirmou o entrevistado anterior, os altos escalões da gestão pública mascaram os números de vagas para concurso no serviço público.

Questionamos se algum desses políticos: vereador, prefeito, deputado e/ou senador, já tentaram colocar ou falou para colocar um indicado dele em algum cargo na sua unidade escolar?

Afirmou que “Temos, nesse sentido, todos os indicativos. Por exemplo, todo começo/início de ano letivo aparecem as carências de professores em várias disciplinas. A administração vai remediando como pode”. Isto é, os contratos serão firmados depois do ano letivo, portanto, algumas disciplinas podem ficar sem professor. Ressalta ainda que o

“Diretor, e outros funcionários(as) do administrativo entram em sala de aula na tentativa de “suprir” a falta dos professores que saíram no ano anterior e que ainda não renovaram seus contratos”. Todos os anos os contratos são encerrados, aí, o quadro de profissionais nas escolas ficam reduzidos, causando um transtorno muito sério das atividades escolares. O entrevistado afirma ainda que “Registra-se neste íterim, um rodízio de novos professores, fato esse que conduz para o maior agravamento da qualidade do ensino público, tendo acumulado dívidas históricas difusas para com o andamento da educação”. A falta de concurso público é péssimo para o bom andamento da educação pública, mas, infelizmente, é um negócio para os gestores públicos e agentes políticos.

Indagamos o entrevistado se - Existe algum funcionário que foi indicação por política? Respondeu que “Declaradamente pelas “lideranças” políticas não, mas já se sabe por meio de comentários dos próprios professores contratados temporariamente, que essa prática é culturalmente frequente”. O que acontece com as relações coronelistas na região é uma relação de confiança entre os agentes políticos e as pessoas que precisam de seus favores. Não há nenhum tipo de formalização destas relações, é um acordo que quando muito se verbaliza entre os cabos eleitorais e os cidadãos que precisam de trabalho. É algo que acontece na clandestinidade, portanto, a única forma dos pesquisadores verificar empiricamente estes fatos, é entrevistando as pessoas envolvidas nesse processo. Mesmo, assim, as pessoas quando abordadas a respeito, não mencionam nomes, nem partidos por questões de segurança e perseguição política.

Questionamos ainda o servidor público, sobre o seguinte - A unidade escolar que você trabalha, tem algum padrinho político que indica funcionário? Afirmou que “Onde trabalho existe um número considerável de professores contratos/temporários nas áreas de língua portuguesa, matemática, geografia, história, educação física com o agravante de alguns deles, nas disciplinas de geografia, história e artes, geralmente, são professores que não atuam na sua área de formação”. A contratação de profissionais sem concurso público, além de causar os problemas que já pontuamos, potencializa a contratação de professores para trabalhar em determinadas áreas, que nem sempre é a área de sua formação. Afirmou ainda que “Para ser mais direto com relação a esse descaso, basta faltar o número de aulas para complementar as quarenta horas de determinado professor, que lhes será atribuído obrigatoriamente outras disciplinas para “trabalhar”, embora de forma precária, somado a isso, tem-se o excessivo número de aulas semanais”. Ou seja, quando o professor que trabalha 40 horas semanais, por exemplo, e falta aulas para completar, os gestores, imediatamente, dão um jeito para que o professor complete a sua carga horária. Ai, é onde mora, o problema dos professores trabalharem em áreas que não são de sua formação.

Entrevistamos um diretor de escola com a seguinte questão - O senhor diretor tem autonomia de indicar novos funcionários sem precisar de alguma indicação política? Afirmou

que “Na minha experiência como diretor de unidade escolar, a prática de indicação política de funcionários temporários, como professores, o pessoal da limpeza, cantina, inclusive, a direção era corriqueira e passava por uma indicação política”. Este entrevistado também confirma as teses do entrevistado anterior. Ele afirma que até os diretores são indicados politicamente, nas unidades escolares do estado do Tocantins.

Questionamos o diretor sobre o seguinte - Na sua opinião, com relação a indicação política para cargo de contrato de funcionário e trabalhadores, o que você tem a dizer? O que você acha dessa prática? Ele afirmou que “A prática de indicação política de funcionários prejudica a seleção de profissionais (que no Tocantins é feita de forma precária, sem critérios pré-estabelecidos) que possuem um currículo que poderiadesempenhar melhor a função para certa vaga”. Em outras palavras, o entrevistado reforçou ideia de que as indicações políticas empobrecem a qualidade do ensino, pois, os concursos públicos poderiam potencializar a qualidade do ensino nas escolas, pelo fato de ter um critério mais responsável com a contratação de profissionais para a educação pública. Afirma ainda que “... Mesmo quando a orientação de políticos seja de optar pelo mais qualificado, a indicação da vaga sempre vem de cima para baixo, deixando pouca autonomia para a escola fazer a escolha”. Isto é, as unidades escolares não têm autonomia para contratar os seus profissionais.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos aferir que as relações coronelistas territorialistas de agentes políticos e cabos eleitorais no município de Porto Nacional, nas escolas estaduais, é algo real. Estas relações coronelistas abordadas ficaram confirmadas e que elas se manifestam nas várias unidades escolares e, certamente continuarão por um longo tempo. São relações coronelistas dos tempos contemporâneo, mas com os conteúdos das velhas relações coronelistas que remontam os séculos anteriores. Portanto, essa política tem um preço para o bom desempenho da educação pública no Tocantins.

A busca de documentos comprobatórios possibilitou a análise crítica e coerente da dinâmica, desempenho e a evolução das relações coronelistas nas unidades escolares de Porto Nacional. Por meio de análise dos dados primários e secundários levantados durante as pesquisas, acarretando o bom andamento da pesquisa e direcionamento das sucessivas etapas de trabalho de campo e da investigação teórica. O levantamento de dados primários e secundários permitiu observar a evolução e as tendências das relações políticas coronelistas em Porto Nacional- TO. Outra etapa efetivada, foi a execução dos objetivos. Onde a primeira tarefa da pesquisa foi elaborar uma revisão bibliográfica e teórico-metodológica sobre as relações políticas coronelistas de poder e o voto mercadoria e sua conceituação teórica. Obedecendo as sequenciais etapas deste trabalho, foi possível ter uma interpretação crítica da realidade social e política do contexto das relações de poder de caráter coronelista em Porto Nacional – TO.

## REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. **O coronelismo no estado de Goiás. As construções feitas do fenômeno pela história e literatura.** In: CHAUL, Nasr Fayad. Coordenador. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias.* Goiânia: Ed. Kelps, 1998.
- PALACÍN, Luis G. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: Padre João e as três revoluções de Boa Vista.** São Paulo: Loyola, 1990.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter A **Globalização da natureza e a natureza da globalização.** 2 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **Memória, família e poder: história de uma permanência política – os Caiados em Goiás.** In: CHAUL, Nasr Fayad. Coordenador. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias.* Goiânia: Ed. Kelps, 1998.
- SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de 30 em Goiás.** 1982. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da FFLCH/ USP, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo: 1982.
- SPECK, Bruno Wilhelm. **A compra de votos – uma aproximação empírica.** **OPINIÃO PÚBLICA,** Campinas, Vol. IX, N° 1, 2003, pp.148-169. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/kkXRtxsbfCQySBmZHj5H3j/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: Fev, 2023.